Ano 2, n. 4, 2009
Seção Colunas
28/08/2009

Livros didáticos são necessários?

Gustavo Bernardo

Gustavo Bernardo é Doutor em Literatura Comparada, Professor Associado de Teoria da Literatura no Instituto de Letras da UERJ e pesquisador do CNPq. Publicou doze ensaios, entre eles “A Educação pelo Argumento” e “O Livro da Metaficção”, e onze romances, entre eles “A filha do escritor” e “Nanook”. Publicou, pela editora Rocco, o livro “Conversas com um professor de literatura”, contendo 50 crônicas desta Revista Eletrônica do Vestibular da UERJ. Seu ensaio “A ficção de Deus”, publicado pela Annablume, acaba de receber o Prêmio da Biblioteca Nacional para o Melhor Ensaio Literário de 2015. Edita o site www.gustavobernardo.com, sobre as suas obras.

A resposta à pergunta acima tem sido positivíssima.

A maioria absoluta dos professores dos ensinos fundamental e médio prefere adotar livros didáticos a produzir o seu próprio material pedagógico. Quando o produz, entretanto, logo planeja transformá-lo em um livro didático para publicá-lo, quer para divulgar melhor suas ideias e seu método, quer por ser uma das poucas chances de um professor ganhar algum dinheiro significativo.

A maioria das escolas também prefere que seus professores usem livros didáticos. Quando têm alguma estrutura, elas mesmas produzem esses livros. São as chamadas “apostilas”, vendidas compulsoriamente para seus alunos, no princípio, e depois para os alunos de outras escolas com menos estrutura. No começo geradas a partir dos antigos cursinhos pré-vestibulares, as apostilas logo se tornam sistemas pedagógicos de grandes conglomerados empresariais, abordando da mesma maneira todas as disciplinas.

A maior de todas as apostilas, no entanto, foi criada por conglomerado empresarial de outra área. Trata-se do Telecurso, da Fundação Roberto Marinho, que combina o princípio uniformizador da apostila com a novidade da televisão, associando cada lição dos livros a uma tele-aula dramatizada por professores e atores. Concebido inicialmente para a educação supletiva de adultos, o Telecurso já é adotado como material e método pedagógico em algumas escolas particulares e outras tantas redes públicas de ensino, como por exemplo a do Estado do Acre.

Desde os anos 60 do século passado todos os governos, dos militares àqueles eleitos democraticamente, vêm gastando cada vez maiores somas do dinheiro público para comprar milhões de livros didáticos e distribui-los nas escolas públicas, garantindo que cada aluno de qualquer recanto do país tenha esses livros em mãos. Editoras se constituem apenas para vender esses livros. Elas enriquecem com tais compras milionárias, é certo, mas também geram milhares de empregos e dinamizam a indústria nacional do livro.

Pelos fatos expostos acima, a resposta que se dá à pergunta “como resolver o problema da educação no Brasil” tem sido uníssona: “através do livro didático”. Nos documentos oficiais e nas teses das faculdades de educação, justifica-se essa resposta com bons argumentos. Afirma-se que o livro didático é necessário porque: democratiza o acesso à educação; facilita o trabalho do professor; facilita o acompanhamento dos pais; enfim, compensa as deficiências do magistério no país.

O leitor das minhas crônicas decerto espera o contraditório, suspeitando que eu vá agora argumentar contra a necessidade do livro didático. Tem razão, leitor amigo; eu sou contra o atual império do livro didático.

Entretanto, antes de tecer a minha réplica, devo confessar que já cometi pelos menos dois livros didáticos, junto com outros cúmplices: o “Laboratório de Redação”, publicado pelo MEC em 1978, e o primeiro volume de Língua Portuguesa do Telecurso 2000. Nos dois casos, moveram-me as mesmas razões apresentadas no segundo parágrafo, a intelectual e a monetária. Portanto, não sou imune às críticas que faço a partir de agora, mas apresento como atenuante ter publicado, em 1985, um ensaio teórico chamado "Redação inquieta" que já combatia os livros didáticos da disciplina.

Reconheço que algumas disciplinas podem contar com livros didáticos de razoável qualidade, como os de História e Física. Isso acontece porque eles parecem livros “de verdade”, ou seja, são compostos basicamente por texto corrido sobre os quais se pode pedir aos alunos: “leiam da página tal à página qual”. Os demais, principalmente os de Português e Literatura, minhas disciplinas, e os de Matemática, outra linguagem privilegiada com máxima carga horária pelo currículo vigente, são em geral de qualidade sofrível.

Quando acontece de uma coleção mostrar qualidade, como a que foi escrita há muito tempo atrás pela professora Maria Helena Silveira, o mercado não a absorve, ou seja, os professores não a adotam. Todos se obrigam a publicar junto um livro do professor com respostas para todos os exercícios, como se isso não fosse uma ofensa a todos os mestres. Não há um texto teórico corrido sobre os conceitos trabalhados, logo, não há como o aluno estudar da página tal à página qual. Em compensação, há centenas de exercícios mais ou menos mecânicos sobre textos mais ou menos cortados, fragmentados ou mesmo adaptados, leia-se, mediocrizados.

Nesses livros, repetem-se informações e conceitos criticados e superados há muito pela universidade e pelos principais estudiosos, como a gangorra absurda dos estilos de época, sobre a qual um século representa a razão e o outro, a emoção, ou como a atribuição de "realista" à obra do maior adversário do realismo em qualquer tempo e lugar (conferir as crônicas "Machado de Assis é mesmo realista? – I" e "Machado de Assis é mesmo realista? – II"). Essas questões são tão superadas que há mais de 20 anos os concursos vestibulares não as cobram, mas nem por isso os livros didáticos se renovam.

Quem defende o livro didático pedirá que se corrijam esses problemas pontuais, não se jogando fora a criança junto com a água suja do seu banho. Esses problemas, porém, não são pontuais, mas estruturais. Mexer neles implica mexer com a cabeça dos autores desses livros e, principalmente, com os professores que os adotam.

Um livro didático de qualidade exige um professor qualificado para trabalhar com ele. Um professor qualificado é necessariamente um estudante eterno, "aquele que de repente aprende", como dizia Guimarães Rosa. Esse professor ensina pelo velho método do exemplo: ele ensina a ler, e a ler bem, porque ele mesmo lê sem parar livros de todas as correntes teóricas, e ainda de filosofia e de ficção; ele ensina a escrever, e a escrever bem, porque ele mesmo escreve e reescreve tanto seu próprio material pedagógico para os alunos quanto textos de divulgação científica para o público em geral, procurando publicá-los onde for possível.

Esse professor qualificado não é infelizmente a regra do magistério no país, mas a exceção. Entretanto, como vimos na crônica passada, a condição do professor nem sempre foi tão ruim assim. Em passado não tão remoto a escola pública brasileira era bastante boa. O professor sentia-se socialmente prestigiado e ganhava relativamente bem. No meio da década de 60, esse quadro começa a degringolar: o valor da escola pública, da biblioteca pública e do professor público descem ladeira abaixo. Ora, não é nenhuma coincidência que no mesmo momento rios de dinheiro público passem a ser gastos com a compra de milhões de livros didáticos.

O livro didático, supervalorizado por pedagogos, professores, governantes e editores, não é a solução do problema, ele é parte do problema. As cifras milionárias do império do livro didático ajudam a esconder a indigência da educação brasileira, gerada a partir do ódio da ditadura militar ao saber e à contestação. A ditadura acabou mas o problema ficou entranhado na nossa carne, a ponto de o presidente mais popular que este país já teve se orgulhar de não ter estudado.

Subscrevo o que disse algures Bárbara Freitag: "esse triunfo do livro didático nos últimos anos vem se revelando como uma vitória de Pirro para a educação no Brasil. Professores e alunos tornaram-se os seus escravos, perdendo a autonomia e o senso crítico que o próprio processo de ensino-aprendizagem deveria criar".

Pirro, como sabemos, viu seu exército vencer uma batalha na qual sofreu tantas baixas que podia considerá-la uma derrota acachapante. O triunfo do livro didático representa na verdade uma derrota trágica para a educação brasileira, porque faz parte integrante do processo de desvalorização e humilhação do professor. A construção de prédios escolares suntuosos, o aumento dos dias letivos, a ampliação da carga horária das matérias pedagógicas nos cursos de licenciatura e a proliferação de testes e exames para estudantes, professores e escolas fazem parte do mesmo processo: mostrar que se cuida muito bem da educação quando na verdade se a enterra cada vez mais fundo.

Nenhum livro didático nem nenhuma das medidas acima será efetiva se não for precedida de um choque de valorização no estudante e no professor brasileiro. A escola pública deve voltar a ser a melhor escola do país. Toda sala de aula deve se transformar numa pequena biblioteca, tanto virtual quanto física, contendo os principais textos de todas as disciplinas. Toda escola deve voltar a conter uma excelente biblioteca escolar, além de laboratórios multidisciplinares onde a ciência possa ser aprendida por experimentação e não pela repetição acrítica de fórmulas congeladas no tempo. Todo exame deve permitir consulta livre, geral e irrestrita dos alunos, de modo a reproduzir as condições em que o conhecimento e a ciência se produzem. Por fim, todo professor deve ganhar tão bem e ter tanto orgulho da sua profissão que os seus melhores alunos desejarão ser professores, como acontece nos países em que a educação é levada a sério.

Nesse momento se compreenderá que os livros didáticos (inclusive os que cometi) não compensam as deficiências do magistério no país, mas todo o contrário: eles fazem com que a sociedade se acomode a elas. Pior: o livro didático torna-se "o" livro, condensando primeiro, substituindo depois, todos os demais livros. O problema desse "o" livro é que ele mata e queima os outros livros, os livros de verdade. O livro didático é a coluna

avançada da pedagogia Fahrenheit de que falei na crônica Por que não ler adaptações para jovens?.

O livro didático não é necessário, mas todo o contrário: ele é nocivo.